



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ÁREA	OBJETO	OBJETIVO	ESCOPO/JUSTIFICATIVA
Prestação de contas anual	Unidades orçamentárias 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (destinada ao custeio das despesas com pessoal) e 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário (destinado ao custeio das despesas contempladas nas rubricas “outras despesas correntes” e “investimentos”).	Avaliar a regularidade dos atos de gestão, a fidedignidade das demonstrações financeiras e as informações sobre o desempenho da gestão.	Avaliação de informações e documentos que compõem o Processo de Prestação de Contas definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em consonância com as Instruções Normativas e Decisões Normativas que disciplinam a forma de organização e apresentação das contas anuais, com o Decreto Estadual e Portaria institucional que dispõem sobre o encerramento do exercício financeiro.
Gestão de Obras (continuidade)	Reforma do edifício da Av. Afonso Pena, 4001.	Verificar a regularidade da contratação. Enfoque dado à análise da conformidade técnica e legal. Exame das fases de estudos e dos procedimentos efetuados para a contratação, da habilitação dos profissionais e empresas envolvidos, e da consonância da execução do Contrato nº 225/2015 em relação aos quesitos do projeto aprovado.	Considerando o volume de recursos públicos envolvidos na execução de obras e serviços de engenharia, mostra-se necessário avaliar os atos praticados nas etapas de planejamento, licitação, fiscalização e gestão contratual. Acresça-se a isso fato de tratar-se de obra de destaque do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Licitações e Contratos (continuidade)	Serviços de intermediação e agenciamento de viagens aéreas nacionais e internacionais, para atendimento das demandas institucionais do TJMG. Contrato nº 237/2014.	Analisar os controles de aferição dos valores das passagens aéreas. Verificar possíveis divergências de pagamentos efetuados em relação aos valores orçados.	Necessidade de verificar os mecanismos de controles de aferição dos valores das passagens aéreas.

<p>Orçamento e Finanças (continuidade)</p>	<p>Serviços de apoio administrativo e suporte operacional</p>	<p>Analisar das rescisões trabalhistas havidas no Contrato nº 271/2012 - Liderança Limpeza e Conservação - continuidade. Houve o incremento da amostra, para incluir o Contrato nº 395/2010, firmado com a Conservo Limpeza e Conservação Ltda., considerando, especialmente, a verificação da regularidade de pagamentos: a) de verbas trabalhistas dos empregados alocados e b) dos valores pagos à empresa no último mês de vigência contratual.</p>	<p>Necessidade de verificação da regularidade de pagamentos das indenizações trabalhistas quando da rescisão contratual e possível pagamento em duplicidade no período de transição contratual.</p>
<p>Licitações e Contratos</p>	<p>Avaliação de Controles Internos - em nível de processo - processo de contratação e elaboração de contratos, com aplicação do Questionário de Avaliação de Controles Internos - Governança de Aquisições.</p>	<p>Efetuar a verificação dos controles existentes no processos/fluxos de contratação e elaboração de contratos.</p>	<p>Necessidade de avaliar dos controles internos implementados nos processos de contratação e elaboração de contratos, a fim de verificar oportunidades de melhoria e recomendar aprimoramento dos controles existentes.</p>
<p>Governança Pública</p>	<p>Transparência</p>	<p>Verificar se estão sendo observados os mecanismos de divulgação oportuna de todas as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive situação financeira, desempenho e governança da organização. A análise será realizada em face da regulamentação legal inerente à matéria e de boas práticas de transparência adotadas em outros órgãos públicos.</p>	<p>Os mecanismos de transparência têm o objetivo de garantir a gestão transparente da informação e propiciar amplo acesso, disponibilidade, autenticidade e integridade das informações dos órgãos públicos. No âmbito do TJMG, tais mecanismos devem estimular a cultura da transparência e fortalecer o controle social pelo cidadão/jurisdicionado.</p>
<p>Tecnologia da informação e Comunicação</p>	<p>Sistema de Governança da Tecnologia da Informação – Diretoria Executiva de Informática</p>	<p>Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013, nº 198/2014 e nº 211/2015 e o perfil de governança de TI traçado pelo TCU.</p>	<p>Sob coordenação do CNJ, serão examinados os conteúdos dos planos de tecnologia da informação, dos controles de governança, de gestão, de riscos e de resultados de TI</p>